



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 11.814/14

Rubrica: _____

PROCESSO Nº: 11.814/14 (4 volumes e 2 anexos)

ORIGEM: Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF e Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF

ASSUNTO: Auditoria de Regularidade

EMENTA: Auditoria de regularidade realizada na PGDF e na DPDF, aprovada no Plano Geral de Ação para 2014, constante do Processo nº 35.964/13, com o objetivo de verificar, sob os aspectos da legalidade e da regularidade, a folha de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista, conforme definido no Relatório de Levantamento Preliminar de Auditoria. **Decisão nº 4.683/14:** a) conhecimento do Relatório de Auditoria/SEFIPE nº 5/2014; b) regularidade de alguns pagamentos e medidas adotadas; c) remessa do relatório de auditoria à PGDF, DPDF e à então Secretaria de Administração, para manifestação, conforme o art. 41, § 2º, da LC nº 01/94; d) informação às jurisdicionadas de que o Tribunal se pronunciaria ao depois sobre o mérito do relatório; e e) ciência ao Governador do descumprimento do art. 135, c/c o § 4º do art. 39 da CF (forma de remuneração das carreiras), para adoção das medidas pertinentes. **Decisão nº 3.784/15:** sustentação oral. **Decisão nº 5.590/15:** a) conhecimento de documentos acostados aos autos; b) cumprimento de itens do relatório de auditoria; c) determinação de diligência à DPDF, à PGDF e à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; d) deliberação acerca do cálculo da parcela de Indenização de Transporte e da licença-prêmio convertida em pecúnia; d) ciência ao Governador do descumprimento do art. 135, para elaboração de projeto de lei, visando adequar o sistema remuneratório das carreiras de Procurador do DF, Defensor Público do DF e Assistência Judiciária do DF ao disposto no art. 39, § 4º, da CF (remuneração por subsídio); e e) encaminhamento de cópia do voto ao MPDFT, para conhecimento e adoção de medidas cabíveis, em face do possível vício de inconstitucionalidade contido no art. 36 da LC nº 395/01. **Decisão nº 719/16:** a) conhecimento de embargos declaratórios opostos pela PGDF; b) provimento parcial do recurso, para conferir novas redações a dois itens da Decisão nº 5.590/15; e c) ciência da decisão à PGDF. **Decisão nº 1.962/16:** a) conhecimento do pedido de reexame interposto pela PGDF contra parte da Decisão nº 5.590/15, conferindo-lhe efeito suspensivo relativamente ao item VII; b) ciência da decisão à PGDF; e c) alerta no sentido de que o efeito suspensivo atribuído não isenta a devolução de valores percebidos indevidamente após a notificação da decisão recorrida, nos termos da Decisão nº 5.807/15. **Nesta fase:** exame de mérito do recurso. A Unidade Técnica sugere ao Tribunal o improvimento do pedido de reexame, o estabelecimento de prazo para que a DPDF e a PGDF cumpram as medidas determinadas na Decisão nº 5.590/15 e ciência da decisão a essas jurisdicionadas e ao MPDFT, à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Governador. Aquiescência do Ministério Público. **Voto convergente. Improvimento do recurso.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 11.814/14
Rubrica: _____

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos, na atual fase processual, do exame das razões do pedido de reexame interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, às fls. 716/745 e documentos anexos de fls. 746/804, em face da Decisão nº 5.590/15, às fls. 656/659, alterada parcialmente pela Decisão nº 719/16, à fl. 712.

Por meio da Decisão nº 1.962/16, à fl. 819, a seguir transcrita, o Tribunal admitiu o aludido recurso, encaminhando o feito à SEFIPE para análise de mérito.

Decisão nº 1.962/16

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer do Pedido de Reexame interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal contra parte da Decisão nº 5.590/2015, conferindo-lhe efeito suspensivo relativamente ao item VII, subitens ora questionados, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 1/94, c/c os arts. 188, II, “a”, e 189 do Regimento Interno do TCDF e com o art. 1º da Resolução-TCDF nº 183/07; II – dar conhecimento à Procuradoria-Geral do Distrito Federal do teor desta decisão, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/2007, com o alerta de que ainda pendê de análise o mérito do referido recurso; III – alertar a PGDF de que, de acordo com o novo entendimento consubstanciado no item I da Decisão nº 5.807/2015, exarada no Processo nº 21.624/2012, o efeito suspensivo atribuído aos pedidos de reexame não isenta a devolução de valores porventura percebidos indevidamente após a notificação sobre a decisão então recorrida; IV – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para a análise do mérito do recurso em apreço.

Pela extensão da instrução da Unidade Técnica, às fls. 826/844, concernente à análise de mérito do recurso, e com o intuito de evitar repetições, opta-se aqui por registrar apenas a sua conclusão e sugestões, e não as considerações efetuadas pelo Corpo Técnico, o que será feito no voto, em conjunto com as observações do MPJTCDF e as alegações da recorrente.

Nesse sentido, a SEFIPE concluiu pela manutenção de todos os termos da decisão recorrida, sugerindo ao Tribunal o improvimento do pedido de reexame, o estabelecimento de prazo para que a DPDF e a PGDF cumpram as medidas determinadas na Decisão nº 5.590/15 e a ciência da decisão a essas jurisdicionadas e ao MPDFT, à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Governador.

Remetido o feito ao Ministério Público, o mesmo, mediante o Parecer nº 640/2016-ML, às fls. 847/868, aquiesceu à análise e às sugestões ao Plenário realizadas pela Unidade Técnica.

É o breve relatório.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**Folha:
Processo: 11.814/14
Rubrica: _____**VOTO**

Examino, nesta fase processual, o mérito do pedido de reexame interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF em face da Decisão nº 5.590/15, às fls. 656/659, alterada parcialmente pela Decisão nº 719/16, à fl. 712, em face do provimento parcial de embargos declaratórios, recurso esse que fora admitido pelo Tribunal mediante a Decisão nº 1.962/16, à fl. 819.

Para tanto, dada a quantidade de informações existentes, e com o intuito de facilitar a compreensão e evitar repetições desnecessárias, apresento o resultado do exame de mérito do recurso por meio de quadros, a seguir expostos, em que cada um deles terá como título ou tópico o mesmo utilizado pela recorrente, e também pela Unidade Técnica e o Ministério Público, com a indicação do respectivo item da decisão recorrida.

Outrossim, anoto que o último tópico da peça recursal (“Das férias de 60 dias dos Procuradores e Defensores do DF”) será desenvolvido de forma mais extensa, ao cabo da análise de que venho de destacar.

Quadro 1

Da base de cálculo da licença prêmio convertida em pecúnia	
Localização na Decisão nº 5.590/15	<i>“VII – deliberar no sentido de que: ... b) não devem ser levadas em consideração, na base de cálculo da licença-prêmio convertida em pecúnia, parcelas temporárias, a exemplo do Adicional de Qualificação previsto pela Lei n.º 4.426/2009;”</i>
Alegações da recorrente	<p>De acordo com a jurisprudência do TJDF, a base de cálculo para a conversão da licença-prêmio em pecúnia deve ser a última remuneração do servidor.</p> <p>Como o art. 68 da LC nº 840/11 diz que as vantagens de natureza periódica ou eventual se incluem na remuneração, o Adicional de Qualificação, ainda que sendo uma vantagem de natureza periódica ou eventual, compõe a remuneração.</p> <p>Se um servidor que usufrui a licença prêmio tem direito a perceber o Adicional de Qualificação, não teria sentido o outro que opta pela conversão em pecúnia da licença prêmio não o perceber</p>
Considerações da SEFIPE	<p>As decisões mais recentes do TJDF, no sentido de que a base de cálculo deve ser a remuneração do servidor à época de sua aposentadoria, não incluindo o Adicional de Qualificação, devem prevalecer no entendimento da matéria, a teor do art. 142 da LC nº 840/11, que diz que a licença prêmio adquirida e não gozada é convertida em pecúnia quando o servidor for aposentado.</p> <p>As parcelas que devem compor a base de cálculo da licença prêmio convertida em pecúnia são aquelas passíveis de integrar os proventos de aposentadoria, não se incluindo nela o Adicional de Qualificação, pelo seu caráter temporário.</p> <p>O TJDF possui vasta jurisprudência que exclui da base de cálculo da conversão da licença-prêmio em pecúnia os adicionais noturno e de insalubridade.</p> <p>Outras vantagens como horas extras e cargo comissionado, embora possam constar da última remuneração, não são levadas para a aposentadoria, não figurando, pois, naquela base de cálculo.</p> <p>O Adicional de Qualificação é uma parcela de natureza temporária, conforme o</p>


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade
TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 11.814/14

Rubrica: _____

		<p>art. 7º, § 3º, do Decreto nº 31.452/10, não podendo ser carreado para aposentadoria, nem entrar em tal base de cálculo.</p> <p>As alegações da recorrente são improcedentes.</p>
Opinião do MPJTCDF	do	<p>A Unidade Técnica está correta.</p> <p>Apenas as parcelas de natureza permanente devem ser incluídas na base de cálculo da conversão da licença prêmio em pecúnia, conforme já se manifestou o STF, o qual, inclusive, reconheceu o caráter indenizatório da licença prêmio convertida em pecúnia.</p> <p>O Adicional de Qualificação, embora seja uma vantagem com natureza remuneratória, é uma parcela temporária, recebida pelo servidor de forma transitória, não podendo ser utilizado para o cálculo da conversão da licença prêmio em pecúnia, a teor dos arts. 27 e 28 da Lei nº 4.426/09 e do art. 7º, § 3º, do Decreto nº 31.452/10.</p> <p>O entendimento ora adotado guarda certa convergência com o posicionamento da própria PGDF em alguns processos judiciais, como os de nºs 2015.01.1.0198739-APC e 2015.01.1.0391533-APC.</p>
Exame relator	do	<p>Assiste razão às Unidades Instrutiva e Ministerial, não merecendo ser provido o recurso, no ponto em questão.</p> <p>Realmente, apesar de o conceito de remuneração abranger os vencimentos (vencimento básico e vantagens permanentes) e diversas vantagens (relativas ao trabalho, pessoais, de natureza periódica ou eventual, e de caráter indenizatório), ao qual pertence o Adicional de Qualificação, essa parcela não deve compor a base de cálculo da licença prêmio convertida em pecúnia, primeiro porque essa conversão somente é possível quando o servidor já for aposentado (art. 142 da LC nº 840/11) e segundo porque, na aposentadoria, o servidor não tem direito de percebê-la, devido à sua característica de vantagem pessoal de natureza temporária, conforme dispõem os arts. 27, § 3º, da Lei nº 4.426/09, e por força expressa do art. 7º do Decreto nº 31.452/10.</p> <p>Ademais, o fato de o servidor que usufrui a licença prêmio poder receber o Adicional de Qualificação e aquele que opta pela sua conversão em pecúnia não percebê-lo se justifica, primeiramente, pelo antes apontado. Depois, pela possibilidade de o servidor que esteja usufruindo a licença prêmio deixar de perceber o Adicional de Qualificação caso expire o certificado de capacitação, que tenha apresentado para fazer jus a tal adicional, haja vista que possui validade.</p>

Quadro 2

Da indenização por utilização de veículo próprio	
Localização na Decisão nº 5.590/15	<p><i>"VII – deliberar no sentido de que: a) com relação à parcela de Indenização de Transporte: 1. é necessário comprovar a utilização de meio próprio de locomoção para o recebimento da referida parcela; 2. os servidores da PGDF e da DPDF que perceberem a citada parcela devem declarar, sob as penas da lei, a utilização de veículo próprio para realização de atividades que demandam o seu pagamento, obrigação essa a ser contemplada em normativos próprios de ambas as jurisdições; 3. seu pagamento não é devido ao ocupante de cargo em comissão, a não ser que comprovadamente as suas atribuições exijam serviço externo; 4. em tese, seu pagamento cumulativo com o auxílio-transporte é possível, porquanto são vantagens dessemelhadas em sua natureza/fundamento, o que, contudo, não se aproveita à situação normativa da PGDF, uma vez que o art. 5º da Portaria/PGDF n.º 141/2005 expressamente veda tal possibilidade;"</i></p>
Alegações da recorrente	<p>O Tribunal já havia analisado a Portaria PGDF nº 22/2010, sobre a Indenização de Transporte, no Processo nº 27.855/08, concluindo pela desnecessidade,</p>


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade
TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 11.814/14

Rubrica: _____

	<p>dada a antieconomicidade, do controle do pagamento de tal parcela mediante fichas diárias, conforme a Decisão nº 3.827/14.</p> <p>O art. 106 da LC nº 840/11, que dispõe sobre a Indenização de Transporte, não é aplicável aos servidores da PGDF.</p> <p>Empregou-se, para a Indenização de Transporte, uma disciplina semelhante à do Auxílio-Alimentação, não se exigindo do servidor, pois, comprovação diária de que se utilizou de veículo próprio, sendo tal indenização inerente à função desempenhada.</p> <p>No caso dos Oficiais de Justiça, de acordo com a Resolução TJDFT nº 8/2000, a comprovação para o recebimento da Indenização de Transporte é feita mediante a assinatura da folha de ponto.</p>
Considerações da SEFIPE	<p>A Portaria PGDF nº 22/2010 nada disciplina sobre o regulamento da Indenização de Transporte, apenas fixando o seu valor.</p> <p>A Decisão nº 3.827/14, adotada no Processo nº 27.855/08, apenas autorizou o encerramento de TCE, por ter entendido o Tribunal que seria antieconômica a eventual persecução do débito, sendo que, na Decisão nº 5.008/13, do mesmo processo, restou claro que o encerramento da TCE não foi porque era ineficiente o controle do pagamento da aludida parcela por meio de fichas diárias, bem como que era preciso a PGDF ajustar o pagamento da Indenização de Transporte às disposições legais.</p> <p>Essa situação demonstra a falta de controle da PGDF na concessão de tal parcela, ocasionando prejuízo ao erário.</p> <p>De acordo com o art. 14 da LC nº 681/03, a Indenização de Transporte é devida quando ocorre o uso de veículo próprio para o desempenho de funções do cargo, conforme estabelece o art. 106 da LC nº 840/11 e deliberou o Tribunal na Decisão nº 5.590/15.</p> <p>O controle no pagamento da Indenização de Transporte decorre do princípio republicano da fiscalização do uso do dinheiro público, ainda mais por se tratar de verba de natureza indenizatória.</p> <p>A Indenização de Transporte não é inerente ao cargo de Procurador, tanto que aquele que desempenha internamente suas funções, seja por não atuar no contencioso ou por exercer cargo comissionado, que não exija deslocamento externo em veículo próprio, não faz jus àquela parcela.</p> <p>Não cabe a este Tribunal se pronunciar sobre a sistemática estabelecida pelo TJDFT para os Oficiais de Justiça.</p> <p>As alegações da recorrente são improcedentes.</p>
Opinião do MPJTCDF	<p>A Unidade Técnica está correta.</p> <p>A Indenização de Transporte não é inerente ao cargo de Procurador, e possui uma função essencialmente reparadora, ou seja, quando da utilização de veículo próprio para atividades da advocacia pública.</p> <p>Tal parcela somente é devida ao servidor que utilizou veículo próprio para desincumbir-se das atribuições do cargo, razão por que o advogado público que desempenha internamente suas funções, em que não são exigidos deslocamentos externos, não cumpre os requisitos para perceber a Indenização de Transporte.</p> <p>A cessação da concessão indiscriminada da Indenização de Transporte e a adoção de medidas adequadas de controle no pagamento dessa parcela são providências que se impõem para a proteção dos cofres públicos.</p>
Exame do	Comungo das manifestações uniformes das Unidades Instrutiva e Ministerial,


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade
TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 11.814/14

Rubrica: _____

relator	<p>não cabendo ser provido o recurso, no ponto em comento.</p> <p>De fato, no Processo nº 27.855/08, citado pela recorrente, não ocorreu o que a PGDF comentou. O encerramento da TCE não foi porque se concluiu que era antieconômico o controle do pagamento da Indenização de Transporte, mas sim porque era antieconômica a persecução do débito, tendo ficado claro, naqueles autos, inclusive, que, além do necessário controle no pagamento da parcela, seja ele por meio de fichas diárias ou não, era preciso ajustar o pagamento da Indenização de Transporte às disposições legais, em linha de convergência com a Decisão nº 5.590/15 (ora recorrida), que também destacou a necessidade de implementação de controle no pagamento daquela parcela, de modo a se evitar prejuízo ao erário.</p> <p>Igualmente, os requisitos para o pagamento da Indenização de Transporte contidos no art. 106 da LC nº 840/11 não diferem em nada daqueles constantes do art. 14 da LC nº 681/03. Assim, a parcela somente é devida ao servidor quando demonstrado que utilizou veículo próprio para se desincumbir das atribuições do seu cargo, não sendo inerente ao cargo de Procurador, porque há aqueles que não fazem deslocamentos externos, em seus veículos, nem se assemelhando ao Auxílio-Alimentação, que possui definição específica nos arts. 111 e 112 da LC nº 840/11, bem diferente daquela da Indenização de Transporte.</p> <p>Com isso, não pode servir de parâmetro para a PGDF o pagamento da Indenização de Transporte aos Oficiais de Justiça do TJDF.</p>
----------------	---

Quadro 3

Da intimação do Governador para, em 60 dias, elaborar e encaminhar projeto de lei à CLDF	
Localização na Decisão nº 5.590/15	<i>“VIII - dar ciência ao Governador do Distrito Federal do descumprimento do art. 135 da Constituição Federal, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam elaborados e encaminhados à CLDF projeto(s) de lei visando a adequar o sistema remuneratório das Carreiras Procurador do DF, Defensor Público do DF e Assistência Judiciária do DF (essa em extinção) ao disposto no art. 39, § 4º, da CRFB (remuneração por subsídio);”</i>
Alegações da recorrente	<p>O Tribunal determinou ao Governador a elaboração de projeto de lei, para adequação do sistema remuneratório, pela fixação de prazo para atendimento da medida, embora tenha ficado consignado, nos embargos declaratórios, que não houve determinação, mas recomendação, haja vista que a Corte não possui jurisdição sobre as responsabilidades do Chefe do Poder Executivo distrital.</p> <p>O dispositivo da decisão recorrida deve ser redigido de forma a deixar claro que se trata de mera recomendação, e não determinação ao Governador.</p>
Considerações da SEFIPE	<p>A deliberação do Tribunal não pode ser tida como determinação, porém não há espaço para postergar a medida em questão, considerando que a adoção de subsídio para retribuição das carreiras em comento é imposição, e não mera faculdade da Constituição.</p> <p>As alegações da recorrente são improcedentes.</p>
Opinião do MPJTCDF	A Unidade Técnica está correta, não merecendo reparos as suas considerações efetuadas.
Exame do relator	<p>Com razão as Unidades Instrutiva e Ministerial, não devendo, pois, ser provido o recurso, no ponto em questão.</p> <p>Nada obstante, entendo oportuna uma pequena consideração adicional.</p> <p>Realmente, as providências dirigidas ao Governador têm o caráter de recomendação, e não determinação, basicamente porque a Corte não tem</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
 Processo: 11.814/14
 Rubrica: _____

	<p>jurisdição sobre as responsabilidades atribuídas constitucionalmente ao Chefe do Poder Executivo local.</p> <p>Mas, considerando que o Tribunal, em matéria de sua competência, detectou uma ilegalidade, consubstanciada no descumprimento do art. 135 da Constituição Federal pelo Governador, esta Corte agiu corretamente ao estabelecer um prazo para que o Governador, por ser de sua competência, adote as medidas devidas com vistas à correção da irregularidade.</p>
--	---

Quadro 4

Princípio da eventualidade: pedido de modulação dos efeitos da decisão	
Localização na Decisão nº 5.590/15	Prazos estabelecidos nos itens recorridos da Decisão nº 5.590/15, para atendimento das medidas determinadas.
Alegações da recorrente	Faz-se necessário que os prazos contidos na Decisão nº 5.590/15, para adoção das medidas determinadas, discutidas no recurso, comecem a fluir somente após o “trânsito em julgado” da auditoria, tratada neste feito, tendo em conta a boa-fé dos interessados e o efeito suspensivo inerente aos recursos previstos no Regimento Interno do Tribunal.
Considerações da SEFIPE	<p>A interposição de pedido de reexame não ocasiona a interrupção de prazos, sendo-lhe atribuído apenas o efeito suspensivo, independentemente da boa-fé dos interessados.</p> <p>As alegações da recorrente são improcedentes.</p>
Opinião do MPJTCDF	A Unidade Técnica está correta.
Exame relator	<p>Concordo com os entendimentos adotados pelas Unidades Instrutiva e Ministerial, não sendo possível, pois, ser provido o recurso, no ponto em discussão.</p> <p>De fato, independentemente do motivo alegado, não há previsão, no Regimento Interno desta Casa, para modulação, ou alteração <i>ex officio</i>, de prazo fixado em decisão do Tribunal para atendimento de medida determinada. Existe a possibilidade de prorrogação de prazo para cumprimento de decisão, desde que o pedido respeite as condições previstas no regimento.</p> <p>O efeito suspensivo, que apenas suspende o prazo para atendimento de decisão, e não a requerida interrupção de prazo, é inerente a recursos previstos no Regimento Interno, como o pedido de reexame ou o recurso de reconsideração e os embargos de declaração, podendo não ser atribuído totalmente a uma decisão, como ocorreu com a Decisão nº 5.590/15, cujo efeito suspensivo foi dado apenas ao seu item VII.</p>

Com relação ao último tópico do recurso: **“Das férias de 60 dias dos Procuradores e Defensores do DF”**, passo aos comentários.

Tal título corresponde ao item IX.b da Decisão nº 5.590/15, a seguir reproduzido:

“IX – autorizar: ... b) o envio do relatório/voto do Relator ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para fins de conhecimento, análise e adoção das providências eventualmente cabíveis acerca do possível vício de inconstitucionalidade contido no artigo 36 da LC n.º 395/2001”.

Em síntese apertada, a recorrente procurou demonstrar a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 11.814/14
Rubrica: _____

legalidade e a constitucionalidade do art. 36 da LC nº 395/01, que integra à órbita dos direitos afetos aos Procuradores, entre outros, o conteúdo do art. 77 da Lei federal nº 3.434/58, que dispunha que os membros do Ministério Público gozarão férias de 60 dias por ano.

Nesse intuito, asseverou que a Lei federal nº 3.434/58 foi tacitamente revogada pela LC nº 75/93 apenas para os servidores da União, permanecendo ela em vigor para os Procuradores do DF, com supedâneo no instituto da remissão, que ocasionou a repristinação de norma, mesmo revogada, não havendo se falar em vinculação ou equiparação de carreiras.

Ao final, requereu que o Tribunal considere constitucional o direito dos Procuradores do DF a 60 dias de férias e deixe de enviar ofício sobre o tema ao MPDFT.

A Unidade Técnica contestou as alegações da recorrente, basicamente ao argumento de que a Lei federal nº 3.434/58 já estava revogada desde 1993, não sendo, por isso, devida a remissão efetuada pelo art. 36 da LC nº 395/01, para aplicá-la aos Procuradores do DF, com a consequente repristinação daquela lei federal. Manifestou-se, portanto, pelo improvimento das razões recursais.

O Ministério Público ressaltou, inicialmente, que a deliberação do Tribunal foi no sentido de autorizar o envio do relatório/voto condutor da Decisão nº 5.590/15 ao MPDFT, para providências eventualmente cabíveis no tocante ao possível vício de inconstitucionalidade do art. 36 da LC nº 395/01, destacando:

*“29. Verifica-se, portanto, que o c. **Plenário** não emitiu qualquer juízo **definitivo** a respeito da inconstitucionalidade ou não do citado dispositivo. Ao contrário, o que consta da decisão é apenas uma autorização de encaminhamento de peças processuais ao **MPDFT**.”*

Em decorrência disso, o MPJTCD questionou o interesse da PGDF em recorrer do item da decisão em questão, posto que não houve sucumbência da jurisdicionada, acrescentando: *“... o simples fato de o recurso ter sido conhecido anteriormente **não limita nem impede** que o c. **Plenário**, quando da apreciação do mérito da **questão**, possa rever os pressupostos recursais da legitimidade, tempestividade e interesse, uma vez que não se aplica aos processos em trâmite nesta Casa a preclusão **pro judicato**.”*

Caso o Tribunal não acolha a tese apontada, o Órgão Ministerial proferiu entendimento no sentido de que, como a Lei federal nº 3.434/58 não mais é aplicável ao Ministério Público, não poderia ser aplicada aos Procuradores do DF, uma vez que *“... o fundamento central para que as férias dos Procuradores do DF continuem sendo de 60 dias possui alicerce no art. 36 da LC nº 395/2001, que mantém em vigor os dispositivos da Lei nº 3.434/1958, já revogada pela LC nº 75/1993”*, não possuindo, pois, a citada Lei federal nº 3.434/58 validade no ordenamento jurídico pátrio atual.

A meu ver, o último ponto do recurso em exame também não deve ser provido, em consonância com o entendimento das Unidades Instrutiva e Ministerial, mas com fundamento diferente do empregado por essas unidades.

Compulsando excerto do voto condutor da Decisão recorrida nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 11.814/14

Rubrica: _____

5.590/15, às fls. 642/645, do nobre Conselheiro Inácio Magalhães Filho, que resultou no item IX.b, em debate, verifica-se que, inobstante as robustas e judiciosas considerações levadas a efeito pelo relator, não chegou à conclusão definitiva acerca da regularidade ou não das férias de 60 dias dos Procuradores e Defensores Públicos do DF, optando pelo envio da questão ao MPDFT, “... pois é órgão competente para suscitar, se assim entender, vício de inconstitucionalidade no artigo 36 da LC nº 395/2001, que faz remissão à norma sem eficácia”, o que foi acolhido pelo Tribunal.

Em razão disso, mesmo sendo admitido o pedido de reexame da Decisão nº 5.590/15, incluindo o mencionado item IX.b, não posso, aqui, como relator do recurso, adentrar no mérito do assunto, para decidir se são corretas ou não as férias de 60 dias daqueles profissionais, se o Tribunal não deliberou a respeito, limitando-se a remeter a matéria ao MPDFT, para adoção das providências pertinentes.

Lado outro, se o recurso tinha o intuito, também, de evitar que a matéria fosse encaminhada ao MPDFT, nada mais há o que fazer, uma vez que, não tendo sido conferido efeito suspensivo ao aludido item da decisão recorrida, ela já fora remetida àquele órgão, em 09.12.15, conforme o expediente de fl. 664.

Penso, então, pelos motivos apontados, que o pedido de reexame, quanto ao item destacado, deve ser improvido, sem necessidade de examinar, porque não é o caso, as alegações de mérito apresentadas pela recorrente e, conseqüentemente, as correspondentes análises realizadas pela SEFIPE e o MPJTCDF.

Talvez pudesse, também, no caso, ser adotada a medida sugerida pelo Ministério Público, em caráter preliminar, no sentido de que fosse revista a Decisão nº 1.962/16, que admitiu o recurso contra toda a Decisão nº 5.590/15, para excluir do objeto do recurso o item IX.b da Decisão nº 5.590/15, tendo em conta, basicamente, que, nesse item, não houve sucumbência.

Todavia, considerando que a adoção dessa medida causaria retardo na apreciação final dos autos e que me posicionei pelo improvimento do recurso, pelos motivos declinados alhures, redundando, na prática, no mesmo efeito, deixo de acolher a preliminar suscitada.

Vê-se, assim, que a recorrente não logrou êxito em afastar os fundamentos que embasaram a Decisão nº 5.590/15, alterada parcialmente pela Decisão nº 719/16, em face do provimento parcial dos embargos declaratórios, razão por que devem ser mantidos os termos dessas decisões e improvido o recurso em exame.

Ressalte-se que toda a argumentação trazida pela recorrente já fora amplamente debatida nos autos, inclusive por ocasião da apreciação dos embargos declaratórios, não tendo, em sua peça recursal, em nada inovado.

Enfim, quanto à sugestão para o estabelecimento de prazo para que a PGDF e a DPDF cumpram a Decisão nº 5.590/15, alterada parcialmente pela Decisão nº 719/16, penso que escapa a este relator recursal adentrar nessa seara, pelo que deixo sua apreciação para o relator que proferiu o voto condutor dessas decisões.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 11.814/14
Rubrica: _____

Diante do exposto, acompanhando os termos da instrução e do parecer ministerial, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – negue provimento ao pedido de reexame interposto pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF (fls. 716/745 e documentos anexos de fls. 746/804);

II – autorize:

a) a ciência desta decisão ao Chefe do Poder Executivo local, à PGDF, à Defensoria Pública do DF, à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério Público do DF e Territórios;

b) o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins.

Brasília, em de de 2016.

MANOEL DE ANDRADE
Relator

DIGITALIZADO